

1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NÚMERO VINTE E SETE DO COMITÊ DO**
2 **ITAJAÍ, realizada em 17 de abril de 2012.**

3 No dia dezessete de abril de dois mil e doze, às nove horas e quarenta e cinco minutos, em
4 terceira e última convocação, reuniram-se na Vila da Regata, sito à Rua Ministro Victor Konder,
5 junto ao Parque da Marejada, Centro, no município de Itajaí/SC, membros do Comitê do Itajaí e
6 demais convidados. A presidente Maria Izabel Pinheiro Sandri desejou boas vindas e agradeceu
7 a presença de todos. **1) Aprovação das atas da 25ª AGE de (22.09.2011) e da 26ª AGE de**
8 **(01.11.2011), ambas realizadas em Blumenau.** Maria Izabel salientou que a ata está disponível
9 no site, como de costume. Mas como as atas não foram colocadas no site em tempo hábil, para
10 que todos lessem, a aprovação da ata da **25ª AGE** ficou para a próxima assembleia, pois tinham
11 que ser refeitos alguns parágrafos que ficaram sem entendimento. Então, Maria Izabel pediu para
12 a professora Beate ler a ata da **26ª AGE**, porque sem a leitura não seria possível fazer a
13 apreciação e aprovação. A ata foi lida e aprovada, mas foi decidido que alguns ajustes teriam que
14 ser feitos nas falas da professora Noemia. Foi feito, pela presidente, Maria Izabel, um
15 agradecimento verbal ao Sr. Rubens Habitzreuter, representante do Consórcio Empresarial Salto
16 Pilão, pela dedicação na organização do evento realizado em comemoração aos 15 anos do
17 Comitê do Itajaí, e o empenho e dedicação do Glenn, representante da empresa Brasil S, na
18 organização e realização de toda a parte de sustentabilidade do Itajaí Stopover, que vai de
19 encontro com o tema da semana da água deste ano. **2) Apresentação do Relatório de**
20 **atividades da Secretaria Executiva do Comitê do Itajaí do ano de 2011.** Professora Beate
21 apresentou o relatório, que contém as seguintes informações: **a)** Foram realizadas 13 reuniões da
22 Diretoria do Comitê do Itajaí; **b)** 4 Assembleias; **c)** 11 reuniões das Câmaras Técnicas de
23 Planejamento e Prevenção; **d)** 2 reuniões da CAT; **e)** 3 reuniões do Conselho de Administração
24 da Fundação (faltando ainda a data da reunião que aprovou a prestação de contas); **f)** 1 reunião
25 do Conselho Curador da Fundação; **g) Deliberações: Resolução 41, de 24.02.2011** – Decisão
26 sobre o Plano Diretor de Prevenção de Desastres Naturais na Bacia do Itajaí, fruto da
27 cooperação entre o Governo de Santa Catarina e a JICA; **Resolução 42, de 14.04.2011** – Cria
28 comissão organizadora das comemorações pelos 15 anos de existência do Comitê do Itajaí;
29 **Resolução 43, de 14.04.2011** – Estabelece prazo para a eleição da Diretoria do Comitê do Itajaí;
30 **Resolução 44, de 01.11.2011** – Aprova decisão sobre o Relatório Final do Estudo Preparatório
31 para o Projeto de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais na Bacia do Itajaí, apresentado
32 em setembro de 2011 pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); **Resolução**
33 **45, de 01.11.2011** – Altera os parâmetros únicos para as Câmaras Técnicas do Comitê do Itajaí;
34 **Resolução 46, de 01.11.2011** – Cria a Câmara de Assessoramento Técnico (CAT) do Comitê do
35 Itajaí; **Resolução 47, de 01.11.2011** – Estabelece a composição da Câmara de Assessoramento
36 Técnico do Comitê do Itajaí para a gestão 2011/2013; **Resolução 48, de 16.12.2011** – Aprova
37 parecer da Câmara de Assessoramento Técnico sobre o Projeto de Drenagem Urbana da
38 Prefeitura Municipal de Itajaí; **3. Expediente da Secretaria** – 120 ofícios enviados; em média 16
39 e-mails recebidos e enviados por dia; Ligações telefônicas efetuadas: 31/dia em média;
40 Correspondências e convites recebidos: 11/dia em média; Editais Publicados; **4. Atividades**
41 **promovidas pelo Comitê do Itajaí:** Evento de comemoração dos 15 anos do Comitê do Itajaí,
42 em 1º de novembro de 2011; Audiência Pública sobre o andamento das metas municipais do
43 plano da bacia do Itajaí, realizada em 1º de novembro de 2011. **5. Resultados:** O Conselho
44 Estadual de Recursos Hídricos exarou duas resoluções relativas ao Comitê do Itajaí: a de
45 número 01, que referenda o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Itajaí, e a de número 06,
46 que ratifica as Resoluções 41 e 44 do Comitê do Itajaí, que tratam do Projeto JICA. O relatório
47 apresenta também a frequência dos representantes nas reuniões da diretoria e nas
48 assembleias. Maria Izabel colocou em votação e com 15 votos foi aprovado. **3) Resultado da**
49 **Oficina de Planejamento do Comitê e da Agência da Água do Vale do Itajaí.** Para entrosar os
50 novos integrantes da diretoria do Comitê e os colaboradores da Fundação Piava, alinhando o
51 trabalho de todos em prol dos objetivos estabelecidos anteriormente pelo Comitê, foi realizada

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

52 uma oficina de planejamento no dia 8 de março, das 9 às 13 horas. O resultado da oficina consta
53 de um relatório, cujo conteúdo segue transcrito. **Introdução. a) Quem Somos:** Presidência,
54 Secretária Executiva, Comissão Consultiva, Câmara de Assessoramento Técnico, Comitê,
55 Fundação e outros. **b) O que esperamos do Comitê em 2012:** Execução de ações: Que o comitê
56 consiga atingir metas planejadas; fortalecer ações: Selo Piava e RMC; Execução do plano;
57 Andamento do projeto do sistema de monitoramento; programa de neutralização de carbono
58 mais disseminado; Colocar em prática as ações. Melhor relacionamento com a administração
59 pública: Devido reconhecimento pela administração pública; Maior sinergia com governos;
60 Manter-se atuante, com ações conciliadoras e articuladas; Mudar a cara, mostrar que não
61 estamos para guerrear; Melhorar relação do comitê com a administração
62 pública. Reconhecimento público e visibilidade: Fortalecer o comitê chamando as
63 instituições; Espero mais visibilidade para o Comitê; Possa dar continuidade ao papel de fórum
64 permanente; Reconhecimento público. Organização interna Integração: Concluir a organização
65 interna; arquivo físico e site; me integrar ao Comitê - espero hoje acontecer isto. **c) O plano de
66 trabalho para 2012, aprovado em 1/11/2011, prevê o seguinte:** Concluir o modelo de cobrança
67 pelo uso da água; Realizar a Semana da Água; Promover o sistema de monitoramento do Plano
68 de Bacia; Promover o estudo morfológico do rio entre Blumenau e Itajaí; Acompanhar os projetos
69 em andamento pela Fundação Agência de Água; Controle de terraplenagens (continuidade);
70 Obter contrato de gestão de Agência de Bacia entre a Fundação e a SDS. **d) Objetivos:**
71 Uniformizar conhecimento das ações em andamento; Encaminhar e eventualmente ajustar o
72 plano de trabalho de 2012. **e) Programação :** Andamento do Comitê e da Fundação: Esta análise
73 compreende o estágio atual do andamento do Comitê. Assim, temos que considerar os 3 planos
74 aprovados e verificar sua implementação: o plano da bacia; o filhote dele que é o PPRD e o
75 plano de viabilização da agência. Devem ser também analisadas algumas outras questões que
76 vem sendo demandadas, como a resolução de conflitos e a análise de projetos. Portanto, em
77 seguida, foram discutidos os assuntos, no sentido de esclarecer o que está acontecendo,
78 identificando os programas, projetos e atividades em andamento, bem como avanços e entraves
79 ou demandas de cada atividade. **Plano da Bacia:** Programa de implantação dos instrumentos de
80 gestão: Projetos: Outorga, Avanços: Critérios quantitativos analisados pela CTORH; Entraves:
81 Aprovação pelo CERH, Proposição de critérios qualitativos. Enquadramento, Entraves:
82 Encaminhamento da aprovação pelo CERH; Cobrança, Entraves: Impedimento. Sistema de
83 Informações e biblioteca virtual (arquivo físico), Avanços: Projeto FEHIDRO para o sistema de
84 monitoramento de cheias, Projeto FRBL para o SIBI qualidade, Entraves: Organização da
85 biblioteca virtual e arquivo físico, Atualização do site. PPRD, Resolução 06 do CERH, Seminário
86 FURB Sistema de Alerta, Avanços: Interesse da Reitoria da FURB, Entraves: Ação do governo
87 em desacordo com a Resolução 06. PRegRMC: Programas municipais de RMC, Avanços:
88 Projeto FRBL para o monitoramento RMC, Projeto CASAN para RMC. PEA: Semana da Água
89 2012, Avanços: Projeto FEHIDRO para a SA2012 e Itajaí Stopover Sustentável, Projeto FEPEMA
90 de Educação Ambiental, Entraves: Impasses em relação à verba para este Projeto. PG
91 Conhecimento: Estudo morfológico do rio, Avanços: Contatos iniciais estabelecidos na UFRGS,
92 Entraves: Alguém para puxar. Projeto: Monitoramento do plano de bacia, Avanços: Possível
93 apoio professor UDESC, Entraves: Organizar projeto. Encaminhamentos finais: Definição de
94 entidade que assumirá as funções de agência de bacia, segundo a Lei 15.249/2010, Avanços:
95 Interesse demonstrado pela SDS. Projeto: Publicação do regimento deliberado em dezembro de
96 2009 e aprovado pelo CERH em maio de 2011, Entraves: Parecer negativo da Diretoria de
97 Assuntos Legislativos da Casa Civil. Projeto: Monitoramento do plano pela CTPlan, Avanços: Do
98 exercício em 2011 participaram 10 municípios. Competência de arbitrar: Procedimento informal,
99 Projeto: Conflito de Imbuia, Avanços: Acordo estabelecido entre as partes, Entraves:
100 Monitoramento em maio de 2012 e Formalização do procedimento; Projeto: Conflito de Timbó.
101 Análise de projetos: Programa: Projetos PAC para prefeituras; Projetos: Procedimento de
102 avaliação; Entraves: Elaboração de procedimento. Plano de viabilização da agência: Programa:

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

103 Identificação, Projeto: Logomarcas, Avanços: Mudanças/evolução, Entraves: Nova logomarca?;
104 Programa: PRRMC, Projeto: Selo Piava, Entraves: Assessoria jurídica e Assessoria contábil,
105 Projeto: Convenio Epagri, Entraves: Implantar; Programa: Estrutura administrativa, Projeto:
106 Proposta contida no plano de viabilidade financeira da Fundação, Entraves: Implantar. Escolha
107 de Temas: Os participantes votaram, cada um, em três temas a serem aprofundados, ou que
108 exigem intervenção/ação urgente ou prioritária da Diretoria ou da CT-Plan ou da Fundação. Os
109 outros temas devem ser discutidos nas próximas reuniões. O resultado da votação é apresentado
110 abaixo: Temas Prioritários: Sistema de informação (9 votos), Semana da Água(8 votos),
111 Procedimento de avaliação de projetos(8 votos), Regimento do Comitê(7 votos), Selo Piava(6
112 votos), Monitoramento do plano(6 votos), Definição da entidade que assumirá funções de
113 agência de bacia(2 votos), Resolução CERH 06/2011 sobre decisões sobre o Projeto JICA(1
114 voto), Estudo geomorfológico do rio(1 voto). Plano de Trabalho: A tarefa agora, dadas as
115 competências do Comitê e os avanços e entraves/demandas encontrados nos projetos, é
116 elaborar um leque de alternativas para conduzir as ações, ou seja, responder a questão: **Para**
117 **onde vamos** ?Questão Prioritária: Semana da Água, Ações possíveis: Finalizar o projeto,
118 Demandas da ação: Eliminação da meta 8, Responsável: Rose e Beate; Questão Prioritária:
119 Sistema de informações, Ações possíveis: Usar recursos Fehidro para site/arquivo, Demandas
120 da ação: Fechar convênio, Ações possíveis: Buscar contrato de gestão para a Agência,
121 Demandas da ação: Apresentar proposta, Responsável: Fabiana e Simone; Questão Prioritária:
122 Regimento do Comitê: Ações possíveis: Encaminhar resposta em conjunto com a SDS,
123 Demandas da ação: GT para estudar o parecer e discutir na Diretoria, Responsável: Fabiana e
124 Rose; Questão prioritária: Procedimento de avaliação de projetos, Ações possíveis:
125 Procedimento administrativo, Demandas da ação: Informar prefeituras (GMC) e Caixa sobre o
126 procedimento e Solicitar à Caixa que comunique o Comitê sobre novos projetos, Ações
127 possíveis: Procedimento técnico, Demandas da ação: Solicitar apoio à AEAMVI/CREA em
128 drenagem urbana e Buscar critérios em outros comitês de bacia, Responsável: CAT; Questão
129 prioritária: Selo Piava, Ações possíveis: Assessoria Jurídica e Divulgação, Demandas da ação:
130 Procurar Evaristo Kuhnen para propor parceria e Divulgar na Assembleia, Responsável: Francieli
131 e Fabiana; Questão prioritária: Monitoramento do plano. Fechamento: Conferindo as questões
132 prioritárias e ações definidas como o plano de trabalho estabelecido para 2012, verifica-se que o
133 plano de trabalho hoje elaborado avança no caminho previamente escolhido. Plano de trabalho
134 original: Concluir o modelo de cobrança pelo uso da água, Definições da oficina:Nada definido;
135 Plano: Realizar a Semana da Água, Definição: Dado início; Plano: Promover o sistema de
136 monitoramento do Plano de Bacia, Definição: Nada definido; Plano: Promover o estudo
137 morfológico do rio entre Blumenau e Itajaí, Definição: Nada definido; Plano: Acompanhar os
138 projetos em andamento pela Fundação Agência de Água, Definição: Nada definido;Plano:
139 Controle de terraplenagens (continuidade), Definição: Em andamento na Furb (Prof. Noemia);
140 Plano: Obter contrato de gestão de Agência de Bacia entre a Fundação e a SDS, **Definição:**
141 Definiu-se, enfim, que a cada início de ano fosse feita uma oficina de planejamento como esta
142 para melhor orientar o trabalho da Diretoria. Na sequência, Ricardo Hübner, presidente da
143 Câmara de Assessoramento – CAT, apresentou as Definições do Plano de Trabalho da CAT
144 2012. Diretriz – resultado da reunião/oficina da diretoria do Comitê, realizada em 08/03/2012.
145 Dos tópicos constantes do relatório da oficina de planejamento da Diretoria foram definidos como
146 plano de trabalho da CAT os prioritários e considerados de responsabilidade da CAT:
147 1)Procedimento de Avaliação de Projetos, com o objetivo de Estruturar um
148 documento/procedimento com regras definidas para a análises de projetos submetidos ao comitê
149 e que devem observar o que estabelece o Plano de Bacia; 2) Critérios de outorga qualitativa,
150 com o objetivo de Estudar e definir os critérios para a outorga qualitativa da água(Parâmetros); 3)
151 Monitoramento da implementação de ações de prevenção de cheias, com o objetivo
152 de estabelecer metodologias para verificar e acompanhar as ações de prevenção de cheias
153 implementadas pelo Estado e pelos municípios da bacia;4) Estudo geomorfológico do rio Itajaí,

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

154 com o objetivo de, através de um levantamento histórico fotográfico das interferências causadas
155 no entorno do rio Itajaí realizar um estudo geomorfológico que permita um melhor entendimento
156 do comportamento dos eventos ocorridos. A primeira etapa é o levantamento de registro histórico
157 fotográfico. 5) Monitoramento do Plano de Bacia, com o objetivo de fazer um acompanhamento
158 (“medir”) das ações implementadas previstas no Plano de Bacia; 6) Controle de terraplanagens,
159 com o objetivo de estabelecer formas de evitar que obras de terraplanagem significativamente
160 impactantes no regime hídrico sejam realizadas na bacia; 6) Procedimento de resolução de
161 conflito, com o objetivo de estabelecer um documento/procedimento para gerenciar e resolver
162 conflitos de uso da água na bacia. Maria Izabel pergunta se alguém tem alguma contribuição
163 para o relatório. Como ninguém se manifestou, ela passou a palavra para Fabiana. Fabiana
164 comentou que a secretaria não está conseguindo reunião com o secretário Paulo Bornhausen, e
165 que, quanto ao Projeto de prevenção e mitigação de desastres da Bacia do Itajaí, o comitê não
166 está sendo convidado a participar das discussões. Entretanto, o Comitê conseguiu um resultado
167 importante, que é a Resolução CERH 06/2011, que ratifica as Resoluções nºs 41 e 44 do Comitê
168 do Itajaí, que tratam do Plano Diretor de Prevenção de Desastres Naturais na Bacia do Itajaí,
169 fruto da cooperação entre o Governo de Santa Catarina e a JICA, reafirmando a necessidade da
170 execução de uma política integrada de prevenção de desastres na bacia. Isto significa que o
171 órgão competente, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ratifica a posição do Comitê.
172 Aproveitando o assunto em pauta – controle de enchentes - Fabiana informa que a Casa Civil
173 questionou o regimento interno do Comitê. Maria Izabel diz que acha importante este assunto e
174 lê a carta da Diretoria de Assuntos Legislativos de 27/02/2012, enviada ao Comitê pelo CERH:
175 Assunto: Alterações no Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do
176 Rio Itajaí propostas pelo próprio Comitê, e já aprovadas pelo Conselho de Recursos Hídricos.
177 O Secretário do Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável lavrou a Exposição de
178 Motivos nº 027/11, a ser enviada para o Sr. Governador do Estado, para subsidiar a alteração do
179 Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Itajaí. Tal alteração foi sugerida
180 pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia, implicando na publicação de novo do Decreto pelo
181 Chefe do Poder Executivo. Embora o pleito do Comitê da Bacia do Rio Itajaí seja somente em
182 relação às alterações propostas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cabe
183 examinar o regulamento por inteiro. Existem dois sistemas distintos, quais sejam: Sistema
184 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criado pela Lei 9.433, de 8 de janeiro de
185 1997, e o Sistema Nacional de Defesa Civil- SINDEC, criado pela Lei nº 12.340, de 1 de
186 dezembro de 2010. O primeiro nasceu para gerenciar os recursos hídricos, já o SINDEC foi
187 gerado com o objetivo de planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o
188 território nacional. Nota-se que cada Sistema tem as competências devidamente estabelecidas
189 em leis específicas. Além do mais, ambos são regidos por normas estaduais. Quanto aos
190 Recursos Hídricos, assunto que nos interessa neste parecer, a Lei 9.784, de 30 de novembro de
191 1994, prevê, no artigo 27, as competências dos Comitês das Bacias hidrográficas do Estado de
192 Santa Catarina: I – elaborar e aprovar a proposta do Plano da respectiva bacia hidrográfica e
193 acompanhar sua implementação; II – encaminhar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a
194 proposta relativa a bacia hidrográfica, contemplando, inclusive, objetivos de qualidade, para ser
195 incluída no Plano Estadual de Recursos Hídricos; III – aprovar os programas anuais e plurianuais
196 de investimentos em serviços e obras de interesse da bacia hidrográfica, tendo por base o Plano
197 da respectiva bacia; IV - propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos de água da
198 bacia hidrográfica em classes de uso e conservação. V – propor ao Conselho Estadual de
199 Recursos Hídricos, os valores a serem cobrados pelo uso da água da bacia hidrográfica; VI –
200 realizar o rateio dos custos de obras de interesse comum a serem executados na bacia
201 hidrográfica; VII – compatibilizar os interesses dos diferentes usuários da água, dirimindo, em
202 primeira instância, os eventuais conflitos; VIII – promover a cooperação entre os usuários dos
203 recursos hídricos;

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

204 IX – realizar estudos, divulgar e debater, na região, os programas prioritários de serviços e obras
205 a serem realizados no interesse da coletividade, definindo objetivos, metas, benefícios, custos,
206 riscos sociais e ambientais; X – fornecer subsídios para elaboração do relatório anual sobre a
207 situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica; XI – gerenciar recursos financeiros e
208 tecnológicos junto a organismos públicos, privados e instituições financeiras; XII – solicitar apoio
209 técnico, quando necessário, aos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de
210 Recursos Hídricos. Imprescindível lembrar que os Comitês de Bacias são órgãos consultivos,
211 eles promovem debates, estudam, propõem idéias e sugestões de normas aos órgãos
212 correspondentes; e decidem, em primeira instância os conflitos dos usuários dos recursos
213 hídricos da Bacia. Esses órgãos não executam e não estabelecem políticas, não impõem
214 penalidades e não criam normas. Após a delimitação das funções dos Comitês das Bacias
215 Hidrográficas no âmbito estadual, para análise das alterações pleiteadas, é preciso entender o
216 conceito de Regimento Interno. Este consiste em um conjunto de regras estabelecidas por um
217 grupo para regulamentar o seu próprio funcionamento. Essas regras, ao órgão/colegiado/grupo,
218 nunca deve extrapolar a lei. Nas palavras do eminente professor Hely Lopes Meirelles, os
219 regimentos são atos administrativos normativos de atuação interna, dado que se destinam a
220 reger o funcionamento de órgãos colegiados e de corporações legislativas. Como
221 atoregulamentar interno, o regimento só se dirige aos que devem executar o serviço ou realizar a
222 atividade funcional regimentada, sem obrigar aos particulares em geral. Os regimentos internos
223 são atos normativos que regem ações adotadas permanentemente pelos órgãos que os
224 instituem, até serem alterados pelo próprio colegiado, e aprovados por resolução de órgão
225 superior, ou no caso ora estudado, por Decreto do Governador. Entretanto, no regulamento que
226 se pretende alterar, sugerem-se regrar ações pontuais que podem ser feitas por intermédio de
227 instrumentos específicos, tais como termos de parceria entre os órgãos governamentais. Ou seja,
228 a Defesa Civil pode propor termos de acordo com os Comitês de Bacias, se for o caso. Além
229 disso, cabe dizer que, interferindo na competência de outros órgãos, o Comitê estará deixando
230 de trabalhar para realização de seus legítimos objetivos, tais como, colaboração no Plano
231 Estadual de Recursos Hídricos, importante instrumento da gestão daqueles recursos, ainda não
232 concluído, a cobrança pelo uso da água, outro instrumento não implantado no Estado. A
233 necessidade de demonstrar o conceito de Regimento Interno reside no fato de que no caso sob
234 análise, explicitamente, o regulamento do Comitê do Itajaí excede os limites estabelecidos na
235 legislação federal e na estadual. Portanto, no que tange às alterações propostas nos art. 3º, II,
236 art. 4º, XIII, e 8º, III, destaca-se que não seria possível promovê-las, haja vista serem tais ações
237 competências da Secretaria de Defesa Civil. Nesse ponto, tem razão o Consultor Jurídico da
238 mencionada Secretaria (parecer nº002/CONJUR/SDC, fl.27/32). Ainda, importa mencionar que
239 há impropriedades no RI ora examinado, tem-se como exemplo o art. 4º do Decreto nº 3.426, de
240 1998, “Compete ao Comitê Itajaí: (...) XII – propor medidas preventivasou corretivas em situações
241 críticas da bacia hidrográfica, bem como a punição administrativa e a responsabilidade judicial,
242 civil ou penal, de pessoas físicas ou jurídicas que causam a poluição do ar, do solo e da água na
243 bacia hidrográfica;” O Comitê não propõe punições, estas já estão previstas em lei específica,
244 qualquer potencial poluidor já é tipificado na Lei de Crimes Ambientais. Ressalta-se que houve o
245 deslocamento do inciso XIII do art. 4º, competências do Comitê, para o art.24, competências da
246 Comissão Consultiva, esta estabelecida como órgão de direção. O artigo trata do
247 acompanhamento de atividades do sistema de prevenção de cheias. Anteriormente, o Regimento
248 tratava do Plano de gerenciamento do controle de enchentes. Seguindo a Lei nº9748/94,
249 percebe-se que este controle está diretamente relacionado com os Princípios de Aproveitamento
250 e controle dos recursos hídricos, inclusive para fins de geração de energia elétrica. Nesse
251 contexto, conforme manda a lei, podem essas atividades permanecer como competência do
252 comitê. Reitera-se, não deve haver invasão na competência da Secretaria de Estado de Defesa
253 Civil.

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

254 Quanto à composição do Comitê, observa-se a proposta de mudança no art. 5º, a Lei estadual já
255 mencionada prevê no art.21 que cada Comitê será assim constituído: I – “representantes dos
256 usuários da água, cujo peso de representação deve refletir, tanto quanto possível, sua
257 importância econômica na região e o seu impacto sobre os corpos d’água.” A mudança que se
258 propõe, art. 5º- A, 1º e 2º, b, e 3º, irá limitar o número de participantes, isto é, fere frontalmente a
259 legislação e o princípio constitucional da isonomia. Estabelece como critério de negociação entre
260 segmento de usuários da água a outorga do direito de uso dos recursos hídricos no Estado. Esta
261 não está devidamente implantada, o que prejudicaria alguns tipos de usuários. Esse critério deve
262 ficar mais claro no Regimento Interno para evitar futuros conflitos. Outro ponto de divergência é
263 deixar nas mãos dos agentes, usuários da água (art. 5º - A, 2º), negociação para assento no
264 comitê, tal processo, certamente, dará margem a grandes controvérsias. Além do mais, há que
265 se atentar pela limitação do número de representantes dos usuários constante do parágrafo 3º do
266 mesmo artigo, pois este critério só será eficaz se na Bacia existirem diversificados usuários.
267 Questiona-se, também, a divergência em relação a Lei Federal 9433, de 1997, no que tange ao
268 número de membros dos Comitês, pois neste aspecto a lei prevê que os representantes do poder
269 público são limitados à metade dos membros do Comitê. “Art.39. Os Comitês de Bacia
270 Hidrográfica são compostos por representantes: I – da União; II – dos Estados e do Distrito
271 Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de
272 atuação; III – dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;
273 IV – dos usuários das águas de sua área de atuação; V – das entidades civis de recursos
274 hídricos com atuação comprovada na bacia. Parágrafo 1º “O número de representantes de cada
275 setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos
276 nos regimentos dos comitês, limitada a representação dos poderes executivos da União,
277 Estados, Distrito Federal e Municípios à metade do total de membros.” Impende abordar o papel
278 da Comissão Consultiva no Comitê. A Lei 9433, de 1997, determina no art. 40 que os Comitês de
279 Bacia Hidrográfica serão dirigidos por um Presidente e um Secretário, eleitos dentre seus
280 membros. A Comissão Consultiva foi criada no Regimento Interno do Itajaí como órgão de
281 direção (art. 6º, parágrafo único). Assim, a natureza desta Comissão está contrariando a lei.
282 Pode este grupo funcionar como órgão de apoio, não como parteda diretoria, pois desvirtuaria o
283 espírito da norma que não reconhece um órgão colegiado na direção do Comitê. Deve-se
284 acrescentar também no Regimento, que os membros do poder público podem ser substituídos a
285 qualquer tempo dentro do mandato de 2 (dois) anos. Por fim, é importante frisar que assim como
286 Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual instituiu os Comitês de Bacias, ato normativo
287 semelhante aprovará os seus Regimentos Internos, conforme o art.26 da Lei 9748, de 1994.
288 Então, as alterações propostas só serão executadas com a anuência do Governador. A Gestão
289 de Recursos Hídricos é do Poder Executivo Estadual, por intermédio da Secretaria de
290 Desenvolvimento Econômico Sustentável, de acordo com as competências previstas no art.72 da
291 Lei 381, de 2007. Reforça-se que os Comitês de Gerenciamento nas Bacias Hidrográficas atuam
292 como órgãos de apoio. Desta forma, determino a restituição desta minuta de decreto à Secretaria
293 de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável para que as questões argüidas neste
294 despacho sejam justificadas ou imediatamente sanadas.” Concluída a leitura da lavra. A
295 Deputada Ana Paula Lima diz que é um desrespeito negar uma audiência, acha que é falta de
296 conhecimento, temos que responder de forma jurídica. Que é desconhecimento do Governo do
297 Estado, falar do Comitê do Itajaí dessa maneira, estamos dentro da legalidade, devemos insistir
298 na audiência com o secretário. Vinicius T. Constante, representante da SDS, disse que o
299 Conselho de Recursos Hídricos aprovou o regimento interno e a Casa Civil fez esse parecer, e
300 que acharam interessante trazer para conhecimento do Comitê. Estão esperando
301 posicionamento do Comitê para fazer um parecer jurídico, para encaminhar à Casa Civil
302 justificando. Disse que esse decreto é assinado pelo Governador, também por isso passa pelo
303 Conselho e pela Casa Civil.

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

304 IvanorBoing,vice-presidente do Comitê, diz que estamos mantendo a nossa proposta de
305 regimento e que a SDS faça as suas tratativas junto à Casa Civil. É importante manter a nossa
306 posição. Edison Lima,Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria, diz que SC Rural e Banco
307 Mundial tratam do fortalecimento dos Comitês de Bacia, que são encarados como braços do
308 governo. Sugere que o Comitê deve marcar audiência com a Lúcia, Secretária Adjunta da SDS.
309 Disse que a meta da SDS é colocar o Comitê em tudo, que o Comitê do Itajaí sejaenaltecido, que
310 temos que atuar dessa forma, firme e forte. E que os Comitês de Bacias estão seguindo as
311 determinações legais. Maria Izabel, presidente do Comitê, agradece ao Edison e diz que o
312 secretário foi solícito e pediu para agendar com a Sra. Ilda.Edison sugeriu que o pedido fosse
313 feito de modo formal, protocolando um ofício. Maria Amélia, representante da ABRH, diz que tem
314 que estreitar esse laço com a Casa Civil e chegar num consenso, porque isso está prejudicando.
315 Beate diz que tem várias questões que gostaria de colocar a respeito deste conflito. Está sendo
316 negado que um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos é precisamente a
317 prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do
318 uso inadequado dos recursos naturais. Este é o inciso III do Art. 2º da Lei 9433/1997. Por
319 enquanto a chuva é um evento hidrológico, portanto, tem relação com recursos hídricos. Mas foi
320 tomada uma decisão, e séria, de que a enchente é um fenômeno a ser tratado pela Defesa
321 Civil.Provavelmente porque existe uma coisa chamada JICA, que promete muito dinheiro.
322 Apresentamos, via GTC,o PPRD que foi muito elogiado. Mas o Governo não quis. Assim que
323 trocou o Governo o projeto morreu. Existe um documento histórico que relata 28 ações do
324 Comitê do Itajaí em relação às enchentes, com 2 decisões muito importantes.Todo este histórico
325 está sendo desconsiderado, e o governo conseguiu verba do Ministério do Planejamento para
326 financiar projetos que não se alinham a todo este trabalho. Acho que estamos perdendo tempo
327 esperando essa reunião com o secretário. Odair diz que, então, devemos fazer uma resposta à
328 SDS, dizendo que queremos que mantenham o nosso regimento, e para respeitar as próprias
329 decisões do governo. Deputada Ana Paula Lima diz que esta carta deve ser encaminhada com
330 cópia para o Ministério do Planejamento, que é o financiador desse projeto.Disse que o
331 Governador foi para o Japão pedir dinheiro e a resposta foi que o Brasil está muito bem e pode
332 financiar os seus projetos.Maria Izabel, presidente do Comitê, diz que temos que ter uma
333 discussão mais democrática, o próprio Secretário falou que o estado não podia ter esse
334 endividamento.Beate lembra que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o mais antigo do
335 gênero no Brasil. **Decisão**, aprovada por 17 votos: Enviar posicionamento do Comitê do Itajaí
336 para os seguintes órgãos: **Órgãos Federais:** Ministério do Planejamento, Casa Civil da
337 Presidência; **Órgãos Estaduais:**Casa Civil, SDS, Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
338 Assembleia Legislativa, com cópia para Secretaria da Defesa Civil. **4) Apresentação do Projeto**
339 **da Semana da Água.** Fabiana, secretária executiva do comitê, disse que a SDS convidou o
340 Comitê a participar do Itajaí Stopover Sustentável, de 22/03 à 22/09, com recursos do FEHIDRO.
341 Para estar de acordo com o Plano da Bacia, o projeto foi integrado à Semana da Água de 2012.
342 Rose Adami, consultora do Comitê, falou que em 2012 o tema escolhido para a Semana da Água
343 foi a limpeza dos rios, a gestão dos resíduos sólidos e a redução da sua produção, com
344 atividades realizadas entre 22 de março e 22 de setembro. A campanha, em 2012, é conjugada
345 ao Plano Integrado de Sustentabilidade do Itajaí Stopover da Volvo Ocean Race. Trata-se da
346 parada, em Itajaí, entre 4 e 22 de abril, da maior regata mundial, a Volvo Ocean Race. **Objetivo:**
347 Realizar a campanha anual de cidadania pela água – Semana da Água 2012 – em todos os
348 municípios da bacia do Itajaí, associada às ações de sustentabilidade do Itajaí Stopover da Volvo
349 Ocean Race na cidade de Itajaí, para conscientizar e mobilizar as comunidades em torno de
350 práticas sustentáveis e da preservação dos recursos hídricos. **Metas:** As metas do projeto são
351 agrupadas da seguinte forma: A) Metas relacionadas com a Gestão Sustentável do Itajaí
352 Stopover: 1. Gestão socioambiental da cadeia de fornecimento de produtos e serviços do
353 Stopover; 2. Gestão interativa e educativa de resíduos sólidos; 3. Gestão das emissões de gases
354 de efeito estufa. B) Metas relacionadas com a Semana da Água 2012: 4. Estrutura de

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

355 mobilização; 5. Educação ambiental com os alunos da rede pública do município de Itajaí; 6.
356 Educação ambiental e mobilização para limpeza da faixa litorânea do município de Itajaí, praias
357 Atalaia e Cabeçudas, Costão de Cabeçudas, Canto dos Morcegos e Praia Brava; 7 Educação
358 ambiental e mobilização e mutirões de limpeza de rios em todos os municípios da Bacia do Itajaí,
359 entre 22 de março e 22 de setembro. Glenn Suba representante da empresa Brasil S, fez um
360 breve relato das atividades desenvolvidas nas metas relacionadas com a Gestão Sustentável do
361 Itajaí Stopover. Glenn enfoca que na meta gestão socioambiental da cadeia de fornecimento de
362 produtos e serviços do Stopover, será desenvolvido um guia com critérios socioambientais para
363 cadeia de fornecimento de produtos e serviços; na meta de gestão interativa e educativa de
364 resíduos sólidos serão realizadas ações de conscientização da população, do setor privado e dos
365 serviços públicos sobre a coleta seletiva e reciclagem; na meta de gestão das emissões de gases
366 de efeito estufa será realizado um inventário das emissões de gases do efeito estufa. O Selo
367 Piava e Comitê do Itajaí são parceiros na meta da gestão das emissões de gases de efeito estufa
368 e que a neutralização das emissões será feito por meio de plantio de árvores dentro de um plano
369 de recuperação de mata ciliar. Rose Adami disse que, nas metas relacionadas com a Semana da
370 Água 2012, estrutura de mobilização e educação ambiental e mobilização e mutirões de limpeza
371 de rios em todos os municípios da Bacia do Itajaí, foi feita parceria com a FAMAI e a SDR de
372 Itajaí para coordenar Semana da Água e já foram definidos 18 coordenadores regionais que farão
373 os contatos com outros educadores dos 50 municípios da Bacia. A consultora comentou que
374 foram realizados três cursos de capacitação dos coordenadores regionais, nos dias 20-21 e 22
375 de março, em três municípios: Blumenau (representando o Médio Vale); Itajaí (o Baixo Vale) e
376 Rio do Sul (o Alto Vale). Raquel Mafra Orsi, representante da SDR de Itajaí, apresentou os
377 conteúdos preliminares sobre a capacitação com os coordenadores regionais. Suzana Beatriz da
378 Costa Cunha representante da FAMAI de Itajaí, falou sobre os relatórios dos municípios que os
379 coordenadores regionais devem encaminhar com informações sobre gestão de resíduos, coleta
380 seletiva que é uma diretriz de resíduos sólidos e com os dados das ações envolvidas. Glenn
381 representante da empresa Brasil S, comentou sobre as metas de Educação ambiental com os
382 alunos da rede pública do município de Itajaí e de educação ambiental e mobilização para
383 limpeza da faixa litorânea do município de Itajaí no dia Mundial da Água. Glenn informou as
384 diversas atividades realizadas, como limpeza do rio Itajaí, próximo a foz e limpeza de várias
385 praias em parceria com a Univali, setor de oceanografia, e 10 mergulhadores. Também foram
386 feitas várias visitas guias com escolas da região e palestras com assuntos voltados para resíduos
387 sólidos. Maria Izabel presidente do Comitê agradeceu ao Glenn pela apresentação e pela
388 disponibilização do espaço para a realização da assembleia. **5) Assuntos Gerais:** Fabiana,
389 secretária executiva do Comitê do Itajaí, passou alguns informes de alterações de
390 representantes: Unifebe passou a ter como representante titular professora Graziela Morelli e o
391 representante suplente professor George Wilson Aiub; a **Associação de Aquicultores de Braço**
392 **do Trombudo** tem como representante titular Eugenio Krueger; a SDS tem como representante
393 titular Vinícius Tavares Constante e o representante suplente Guilherme Xavier Miranda Júnior.
394 Falou também que foi criado o Fórum Permanente de Prevenção de Desastres – Bacia do Itajaí
395 que contará com uma série de encontros com espaço para debates e o primeiro vai ser no dia 17
396 de maio na Furb em Blumenau. Nada mais tendo a tratar Maria Izabel presidente do Comitê,
397 agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia.